



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE CURSOS - SEEC/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8322154/2018-SEEC/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF

Processo nº 08204.001873/2018-92

## 1 - DO OBJETO

1.1. Aquisição de televisores conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela 1.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTI- FICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUAN- TIDA- DE	Valor unitário	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	Margem de preferência
1	TELEVISOR, TAMANHO TELA:75 POLEGADAS. VOLTAGEM:110/220 . CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4K (alta definição), tecnologia SMART TV, MÍNIMO: 2 entradas USB e 3 entradas HDMI, WI-FI IN, TIPO TELA:LED	29718	Unidade	29	R\$13.450,00	R\$390.050,00	Lei comple- mentar 123/2006 e Decreto 8.538/2015.
2	Idem ao Item 1 – Cota reservada para ME/EPP em 13,80%  TELEVISOR, TAMANHO TELA:75 POLEGADAS. VOLTAGEM:110/220 . CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4K (alta definição), tecnologia	29718	Unidade	4	R\$13.450,00	R\$53.800,00	

SMART TV, MÍNIMO: 2 entradas USB e 3 entradas HDMI, WI-FI IN, TIPO TELA:LED						
--	--	--	--	--	--	--

1.2 “Só será admitida a oferta dos produtos Televisores de 75 polegadas, descritos nos itens 1 e 2 de que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO nº 85/2009, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.”

1.3 O valor máximo a ser pago ao vencedor de cada item, inclusive o da cota reservada À ME/EPP, está disponibilizada no quadro acima intitulado Tabela 1.

1.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.5 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.6 - Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.7 A quantidade especificada neste termo visa atender as salas de aula, laboratórios de informática, sala de projeções e miniauditório existentes na Academia Nacional de Polícia.

## 2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A Academia Nacional de Polícia encontra-se em processo de modernização de suas instalações, incluindo as salas de aula, para que se mantenham no nível das melhores escolas de governo, como a ENAP – Escola Nacional de Administração, na qual são utilizados televisores com tecnologia SMART TV e imagem de alta definição para atividades de ensino. Após visita técnica a essa escola de governo, verificou-se que os televisores substituem com vantagem os retroprojetores, que são atualmente utilizados nas salas de aula da Academia Nacional de Polícia.

2.2 - O tempo de vida útil de um projetor é em média de quatro anos, contra dez ou doze anos de uma tela de TV LED, conforme informação técnica elaborada pelo serviço de áudio visual da ANP. O cabeamento dos projetores usa a tecnologia VGA, que dificulta a manutenção em caso de defeito, enquanto os televisores utilizam-se de cabeamento HDMI, com custo muito inferior, e tempo de troca muito mais rápido em caso de defeito.

2.3 - A utilização dos televisores nas atividades de ensino trarão um ganho de qualidade em imagem, conectividade (devido à tecnologia SMART TV), vida útil e facilidade de manutenção, tornando as salas de aula mais modernas e competitivas em relação àquelas das principais escolas de governo.

2.4 - Os critérios de sustentabilidade ambiental definidos no GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS estão definidos no item 1.2 deste Termo de Referência.

### **3 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1 - A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

### **4 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

4.1 - O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho à empresa, em remessa única, no seguinte endereço: Rodovia DF 001 Km 002 - Setor Habitacional Taquari - Lago Norte – Brasília/DF, no horário de 08h30 às 17h, Setor de Material da Academia Nacional de Polícia.

4.2 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 - São obrigações da Contratante:

5.1.1 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 - comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 - efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, novos e devidamente embalados, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 - comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **7 - DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9 - CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 - O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário/contratada que:

10.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

10.1.2. apresentar documentação falsa;

10.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

10.1.4. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.6 - fraudar na execução do contrato;

10.1.7 - comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8 - cometer fraude fiscal;

10.1.9 - não mantiver a proposta.

10.2 - O licitante/adjudicatário/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1 - advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2 - multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias;

10.2.3 - multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

10.2.5. - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.6 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.7 - impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.2.8 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

10.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **11. DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

11.1 Para a aquisição do objeto em tela, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade, conforme preceitua o art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG:

11.1.1 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

11.1.2 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), Chumbo (Pb), Cromo hexavalente (Cr(VI)), Cádmio (Cd), Bifenil-polibromados (PBBs), Éteres Difenil-Polibromados (PBDEs).

11.2 A empresa deverá, nos termos do inciso VII, art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, respeitar as Normas Brasileira – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

11.3 Para os itens objeto deste Termo, cuja atividade de fabricação ou industrialização esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

11.4 A inscrição no Cadastro Técnico Federal não desobriga os fabricantes / licitantes de obterem as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

**RENATO SAYÃO DIAS**

Delegado de Polícia Federal

Chefe do SEEC/DIDH/COEN/ANP/DGP/PF



Documento assinado eletronicamente por **RENATO SAYÃO DIAS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 14/02/2019, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9932663** e o código CRC **A7688D31**.